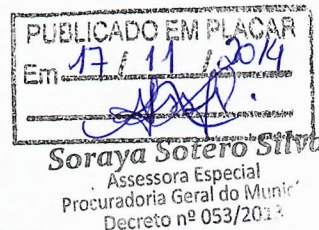




**ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**



LEI N.º 2.202, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2.014.

“Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Esporte e Lazer, e do Fundo Municipal de Esporte e Lazer do Município de Porto Nacional e dá outras providências.”

Eu, **PREFEITO DE PORTO NACIONAL**, faço saber que a **CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL** aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Esporte e Lazer de Porto Nacional, de caráter permanente, articulador, normativo, deliberador e consultivo de valorização, atendimento, defesa, preservação dos direitos individuais e coletivos, com a finalidade de formular políticas públicas e implementar ações destinadas ao fortalecimento das atividades esportivas e de lazer, em Porto Nacional.

Parágrafo único: Ao Conselho Municipal de Esporte e Lazer de Porto Nacional caberá atuar como coordenador das atividades de todas as instituições e entidades municipais responsáveis pelo desenvolvimento das ações supramencionadas, assim como dos movimentos comunitários organizados e representações das instituições federais e estaduais existentes no município e dispostas a cooperar com o esforço municipal.

**CAPÍTULO II
DA COMPETÊNCIA**

Art.2º- Compete ao Conselho Municipal de Esporte e Lazer de Porto Nacional:

I - desenvolver estudos, projetos, debates, pesquisas relativas à situação do esporte e lazer no município;

II - propor e acompanhar a realização de seminários, cursos e congressos sobre assuntos relativos ao esporte em geral, divulgando amplamente suas conclusões à população e aos usuários dos serviços abordados;

III - contribuir com os demais órgãos da administração municipal no planejamento de ações concernentes a projetos esportivos e de lazer;

IV - analisar propostas e sugestões manifestadas pela sociedade e opinar sobre denúncias que digam respeito a programas, projetos, competições e eventos culturais da cidade;



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

V - promover intercâmbio e convênios com instituições públicas, nacionais e estrangeiras, com a finalidade de implementar as medidas e ações que são objeto do Conselho;

VI - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos financeiros e materiais do município destinados às atividades esportivas e de lazer;

VII - propor aos poderes públicos a instituição de concursos para financiamento de projetos e a concessão de prêmios como estímulo às atividades;

VIII - manifestar sobre matéria atinente ao esporte e lazer no município;

IX - proceder ao exame, interpretação e aplicação da legislação esportiva estadual e nacional;

X - elaborar instruções normativas sobre aplicação da legislação esportiva em vigor e zelar pelo cumprimento;

XI - acompanhar a execução do calendário municipal anual de atividades esportivas e de lazer;

XII - promover a publicação de seus atos normativos e resolutivos;

XIII - participar na elaboração do PPA (Plano Plurianual) para a destinação orçamentária de verbas para o esporte e o lazer;

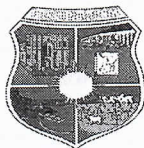
XIV - realizar audiências públicas semestralmente para a prestação de contas do orçamento destinado ao esporte e lazer;

XV - incentivar a promoção, capacitação e qualificação dos profissionais e agentes sociais de esporte e lazer através de instituições de ensino superior públicas, levando em conta as diferenças regionais e culturais.

Art. 3º - Cabe ao Conselho Municipal de Esporte e Lazer sugerir as prioridades sobre o orçamento destinado às políticas públicas de esporte e lazer, bem como, a fiscalização da sua aplicação.

CAPÍTULO III
DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 4º- O Conselho Municipal de Esporte e Lazer de Porto Nacional será integrado por 09 (nove) membros e seus respectivos suplentes, observada a seguinte representatividade:



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

I – 04 (quatro) representantes do Poder Público Municipal, indicados pelos titulares dos seguintes órgãos:

- a) Secretaria de Educação;
- b) Secretaria de Saúde;
- c) Secretaria do Trabalho e Assistência Social;
- d) Secretaria de Cultura, Esporte ou Lazer.

II – 04 (quatro) representantes de entidades ou de instituições que já atuam na área;

III – 02 (dois) representantes da Polícia Militar;

IV – 01 (um) representante da Polícia Civil.

V – 01 (um) representante do Ministério Público.

VI – 02 (dois) representantes da sociedade civil organizada.

VII – 01 (um) representante do Conselho Tutelar.

§ 1º Os conselheiros, cujas nomeações serão publicadas em Órgão Oficial do Município, terão mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução.

§ 2º O Presidente e o Secretário-Executivo serão escolhidos pelo Plenário, por votação direta e aberta.

Art. 5º- O Conselho Municipal de Esporte e Lazer fica assim organizado:

- I. Plenário;
- II. Presidência;
- III. Secretaria Executiva;

Parágrafo único. O detalhamento da organização será objeto do respectivo Regimento Interno.

CAPÍTULO IV
DO FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

Art. 6º - Fica criado o Fundo Municipal de Esporte e Lazer, instrumento de captação, repasse e aplicação de recursos destinados a propiciar suporte financeiro para a



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

implantação, manutenção e desenvolvimento de planos, programas, projetos e ações voltadas ao Esporte e Lazer no Município de Porto Nacional.

Art. 7º - Constituirão receitas do Fundo Municipal de Esporte e Lazer:

- I. Dotação orçamentárias da União, do Estado e do Município;
- II. As resultantes de doações do setor privado, pessoas físicas ou jurídicas;
- III. Os rendimentos eventuais, inclusive de aplicações financeiras dos recursos disponíveis;
- IV. As advindas de acordos ou convênios;
- V. Outras.

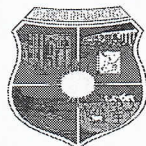
Art. 8º - O Fundo Municipal de Esporte e Lazer ficará vinculado à Secretaria Municipal de Juventude e Esporte, tendo sua destinação liberada através de projetos, programas e atividades previstos no plano de ação e aplicação aprovado pelo Conselho Municipal de Esporte e Lazer.

§1º - Será aberta conta bancária específica em instituição financeira oficial, sob a denominação "Fundo Municipal de Esporte e Lazer", para movimentação dos recursos financeiros do Fundo, sendo elaborado, mensalmente balancete demonstrativo da receita e da despesa, que deverá ser publicado na imprensa oficial, dando ampla divulgação, após apresentação e aprovação do Conselho Municipal de Esporte e Lazer.

§2º - A contabilidade do Fundo tem por objetivo evidenciar a sua situação financeira e patrimonial, observados os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente.

§3º - Caberá à Secretaria Municipal de Juventude e Esporte gerir o Fundo, sob orientação e controle do Conselho Municipal de Esporte e Lazer, cabendo ao seu titular:

- I. Solicitar a política de aplicação dos recursos ao Conselho Municipal de Esporte e Lazer;
- II. Submeter ao Conselho Municipal de Esporte e Lazer demonstrativo contábil da movimentação financeira do Fundo;
- III. Assinar cheques, ordenar empenhos e pagamentos das despesas do Fundo;
- IV. Outras atividades indispensáveis para gerenciamento do Fundo.



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Art. 9º- Fica autorizada a abertura de crédito adicional especial à lei orçamentária vigente, devendo o Chefe do Poder Executivo promover a inclusão e os necessários ajustes nas leis do Plano Plurianual e de Diretrizes Orçamentárias em vigor.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 10 - Os membros do Conselho não farão jus a nenhuma remuneração, sendo seus serviços considerados de relevante interesse público.

Art. 11 - O Poder Executivo providenciará estrutura física e designará servidores da administração municipal para implantação e funcionamento do Conselho.

Art. 12 - O Conselho Municipal de Esporte e Lazer de Porto Nacional prestará a cada seis meses aos Poderes Executivo e Legislativo, o resultado de suas ações.

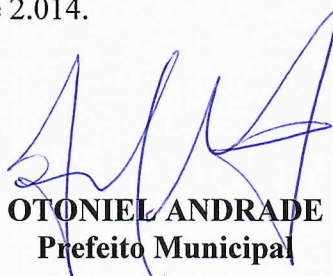
Art. 13 - As decisões do Conselho Municipal de Esporte e Lazer de Porto Nacional serão adotadas como orientação para todos os seus órgãos.

Art. 14 - O Conselho poderá solicitar informações de qualquer órgão público municipal.

Art. 15 - O Conselho Municipal de Esporte e Lazer terá sua competência desdobrada e suas condições de funcionamento determinadas em Regimento Interno, a ser elaborado e aprovado no prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar da publicação desta Lei.

Art. 16 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições em contrário.

PALÁCIO TOCANTINS, GABINETE DO EXCELENTÍSSIMO
SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL, Estado do Tocantins, aos 17 dias do mês de novembro do ano de 2.014.


OTONIEL ANDRADE
Prefeito Municipal